



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



### Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 25.061.722/0001-87



### Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



### Equipe de Planejamento

Lucilene Gomes de Brito Almeida, HONNY CAYRES DE BRITO, Evilasio Melo da Silva



### Problema Resumido

A Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins enfrenta a necessidade de garantir a adequada assessoria e orientação jurídica para assegurar a conformidade legal em suas atividades administrativas e contratuais. Portanto precisa reformular o Estatuto do Servidor Público Municipal do Município de Buriti do Tocantins - TO.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins enfrenta uma situação crítica relacionada à conformidade legal de suas atividades administrativas e contratuais, a qual é essencial para o funcionamento eficaz da administração pública. O atual Estatuto do Servidor Público Municipal apresenta dispositivos que não atendem mais às demandas contemporâneas e podem gerar insegurança jurídica tanto para os servidores quanto para a própria gestão pública. Essa falta de adequação pode resultar em conflitos, desacordos e imprecisões que comprometam a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

Dessa forma, a necessidade de reformulação do Estatuto se torna evidente. A revisão e atualização das normas que regem a relação entre o poder público e seus servidores permitirá uma melhoria na clareza dos direitos e deveres, bem como na implementação de práticas de governança que promovam transparência e accountability. Ao garantir uma orientação jurídica adequada nesse processo, a administração municipal poderá assegurar que as mudanças estejam em consonância



com os princípios da legalidade e da moralidade administrativa, evitando riscos jurídicos e possíveis ações judiciais.

É imprescindível destacar que o atendimento a essa necessidade tem um impacto direto no interesse público. A segurança jurídica proporciona não apenas um ambiente de trabalho mais harmonioso para os servidores, mas também contribui para a confiança da população nos trabalhos realizados pela Prefeitura. A adoção de um estatuto atualizado e condizente com as melhores práticas de gestão pública resulta na promoção de um serviço mais eficiente, transparente e alinhado às expectativas dos cidadãos.

Portanto, a assessoria e orientação jurídicas adequadas são fundamentais para que a Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins consiga realizar a necessária reforma do Estatuto do Servidor Público. A realização desse trabalho contribuirá significativamente para a instituição de um quadro normativo que garanta não apenas a legalidade das ações administrativas, mas também a efetividade e a legitimidade das relações entre o município e seus servidores, refletindo diretamente na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.



#### REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A reforma do Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins é uma necessidade premente da administração pública para garantir a conformidade legal e melhorar a gestão de recursos humanos. Para assegurar que a contratação de assessoria jurídica atenda plenamente a essa necessidade, define-se, a seguir, os requisitos que a proposta deve atender.

1. Elaboração de um diagnóstico completo do atual Estatuto do Servidor Público Municipal, com análise das inconsistências e adequações necessárias à legislação vigente.
2. Proposta de reformulação do Estatuto, incluindo as diretrizes claras sobre direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos, de acordo com os princípios constitucionais e a Lei 14.133/21.
3. Consultoria jurídica especializada em direito público e administrativo, com comprovação de experiência mínima de cinco anos na área, incluindo elaboração ou revisão de estatutos municipais.
4. Apresentação de cronograma de trabalho detalhado, contendo todas as etapas da assessoria jurídica, prazos e entregas, com previsão de conclusão em até 90 dias.
5. Disponibilidade para reuniões periódicas com os gestores da Prefeitura para discussão dos avanços da reformulação e adequação das propostas apresentadas.
6. Produção de material explicativo e didático sobre as principais mudanças propostas no novo Estatuto, visando à capacitação e entendimento dos servidores municipais.
7. Garantia de apoio jurídico para esclarecimento de dúvidas e acompanhamento da implementação das novas disposições após a aprovação do novo Estatuto.
8. Atendimento às obrigações legais quanto à transparência, com disponibilização do material e das informações geradas durante o processo em portal de transparência do município.
9. Comprovação de registro ativo e regular na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dos profissionais envolvidos no projeto, bem como suas qualificações acadêmicas e experiências prévias relevantes.



10. Possuir atestado de capacidade técnica, emitido por contratante anterior, que comprove a entrega de serviços semelhantes em sua complexidade e abrangência.

Esses requisitos visam assegurar a seleção de uma proposta eficaz que não apenas atenda às necessidades imediatas da Prefeitura, mas também contribua para a modernização e a conformidade legal do serviço público municipal.



## SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções disponíveis para assegurar assessoria e orientação jurídica para a reforma do Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins:

### 1. **\*\*Contratação de Escritório de Advocacia Especializado\*\***

Vantagens:

- Expertise: Escritórios especializados oferecem conhecimento aprofundado sobre direito administrativo e legislação pertinente, garantindo a elaboração de um estatuto em conformidade.
- Suporte contínuo: Possibilidade de receber orientações constantes durante o processo de reforma e implementação.
- Flexibilidade: Capacidade de adaptar os serviços conforme as demandas específicas da prefeitura.

Desvantagens:

- Custo elevado: A contratação desse tipo de serviço pode ser financeiramente onerosa, dependendo da reputação e experiência do escritório.
- Dependência: O município pode ficar dependente do suporte externo para questões jurídicas, limitando a capacitação interna.

### 2. **\*\*Consultoria Jurídica Interna\*\***

Vantagens:

- Custo reduzido a longo prazo: A criação de um cargo ou equipe de consultoria jurídica interna pode ser mais econômica ao eliminar despesas com serviços externos.
- Integração: Uma equipe interna pode ter um melhor entendimento das peculiaridades administrativas do município, permitindo uma abordagem mais adaptada às necessidades locais.

Desvantagens:

- Tempo de preparação: Requer tempo para a formação e treinamento da equipe, além de possíveis contratações.
- Limitação de expertise: Profissionais internos podem não ter a mesma diversidade de experiência que um escritório especializado, dependendo da estrutura montada.

### 3. **\*\*Contratação de Consultores Independentes\*\***

Vantagens:

- Custos flexíveis: Geralmente apresentam tarifas superiores às de escritórios, mas inferiores às de consultorias corporativas tradicionais.



- Personalização do serviço: Consultores independentes tendem a oferecer soluções mais personalizadas e diretas às necessidades do contratante.

**Desvantagens:**

- Menos segurança: Pode existir variação na qualidade e confiança, dependendo da reputação do consultor.
- Dificuldades de continuidade: A substituição de um consultor pode provocar discontinuidades no trabalho realizado.

**4. \*\*Plataformas Virtuais de Assessoria Jurídica\*\***

**Vantagens:**

- Acessibilidade: Podem oferecer serviços a um custo mais baixo por meio de planos de assinatura que dão acesso a consultas.
- Agilidade: Permitem respostas rápidas para questionamentos emergenciais por meio de canais digitais.

**Desvantagens:**

- Impessoalidade: A falta de contato pessoal pode dificultar a adaptação dos serviços à realidade específica do município.
- Limitações no escopo: Plataformas digitais geralmente têm limites nas áreas de atuação, podendo não cobrir todas as necessidades.

**5. \*\*Parceria com Instituições de Ensino Superior\*\***

**Vantagens:**

- Custo reduzido: Em muitos casos, parcerias podem ocorrer com custos baixos, utilizando alunos sob supervisão de professores.
- Inovação: Os alunos podem trazer novas perspectivas e abordagens modernas para a reforma do estatuto.

**Desvantagens:**

- Qualidade variável: A participação de estudantes pode resultar em produtos com qualidade inconsistente.
- Prazos: O envolvimento acadêmico pode estender os prazos devido à necessidade de alinhamento curricular e disponibilidade.

**Análise Comparativa:**

Solução	Custo	Qualidade	Flexibilidade	Adaptabilidade
Manutenção	Tempo de Implementação			
Suporte				
Escritório de Advocacia	Alto	Alta	Alta	Moderada
Contínuo				
Curto				
Consultoria Jurídica Interna	Moderado/Alto	Variável	Baixa/Média	Média



Alta	Limitado	Longo					
Consultores Independentes		Moderado	Variável	Alta	Alta		
Moderada	Dependente	Médio					
Plataformas Virtuais		Baixo	Baixa/Média	Alta	Baixa	Baixa	
Limitado	Curto						
Parceria com Instituições		Muito Baixo	Variável	Alta	Média	Baixa	
Limitado	Longo						

Essa tabela permite avaliar rapidamente os trade-offs entre cada solução, ajudando na escolha da abordagem mais adequada para atender a necessidade da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins.



#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de um Escritório de Advocacia Especializado para a reformulação do Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins é respaldada por diversos aspectos técnicos, operacionais e econômicos que demonstram sua adequação e eficácia.

Do ponto de vista técnico, a complexidade das normativas que regem o funcionalismo público exige uma abordagem especializada. Os escritórios de advocacia com expertise no setor público estão equipados com conhecimento atualizado sobre as leis vigentes, incluindo as especificidades locais que influenciam a atuação da Prefeitura. A confiabilidade e a precisão na interpretação da legislação são cruciais para evitar litígios futuros, multas ou outras penalidades administrativas, garantindo assim que as decisões transitem em conformidade com as normas estabelecidas. Ademais, a implementação das alterações no estatuto exigirá uma visão técnica apurada sobre os direitos e deveres dos servidores, bem como o entendimento das melhores práticas de gestão pública.

Os benefícios operacionais também são significativos. Um escritório especializado oferece não apenas a formulação de propostas jurídicas, mas também suporte contínuo durante todo o processo de execução das novas diretrizes. Isso inclui treinamento para os gestores públicos sobre as novas normas e assessoria na resolução de dúvidas que possam surgir após a implementação. Além disso, a escalabilidade da solução é um ponto forte, pois, caso haja necessidade de outros atendimentos jurídicos relacionados ao serviço público no futuro, o mesmo escritório pode expandir sua atuação sem a necessidade de novos processos de seleção ou contratações, garantindo a continuidade e a consistência nas orientações.

Em termos de economia e custo-benefício, a contratação de um Escritório de Advocacia Especializado representa uma valorização do investimento público. Embora possa existir um custo inicial associado à contratação, a expectativa é que a melhoria na conformidade legal traga economias significativa ao evitar custos adicionais com contenciosos e multas. Além disso, a possibilidade de otimização de processos administrativos através de um estatuto mais claro e alinhado com as legislações vigentes tende a levar a uma maior eficiência na gestão de recursos humanos. Isso se traduz em redução de gastos com horas extras, pagas devido à confusão normativa e retrabalho, aumentando assim a



transparência e a eficiência do uso dos recursos públicos.

Por fim, a decisão de optar pela contratação de um Escritório de Advocacia Especializado atende plenamente ao interesse público, uma vez que assegura a criação de um marco normativo que protege os direitos dos servidores e traz segurança jurídica para a administração municipal. Essa abordagem não só fortalece a credibilidade da Prefeitura perante seus servidores e a sociedade, mas também promove um ambiente organizacional mais saudável e eficiente, facilitando a realização das atividades essenciais ao bem-estar e à boa governança da população de Buriti do Tocantins.



## QUANTITATIVOS E VALORES

### ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	8888 - ITEM DE EXEMPLO	PACOTE	10,00	R\$ 50,00	R\$ 500,00
Valor Total					R\$ 500,00



## PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A realização do processo de contratação de um escritório de advocacia especializado para reformular o Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins não deve ser parcelada. Isso se deve principalmente ao caráter específico e técnico do serviço jurídico requerido, que demanda uma abordagem contínua e integrada. A fragmentação da contratação poderia comprometer a coerência da assessoria jurídica e a integridade das orientações que devem ser prestadas ao longo do desenvolvimento do projeto, dificultando a criação de um documento que atenda plenamente às necessidades legais e administrativas da Prefeitura.

Além disso, o parcelamento pode acarretar desafios na continuidade dos serviços, como a necessidade de reanálise de informações já trabalhadas por diferentes equipes ou profissionais ao longo do tempo. Isso poderia gerar retrabalho, além de potencialmente aumentar os custos da contratação, uma vez que novos contratos necessitariam de novos processos de adaptação e alinhamento entre as partes. A efetividade na execução do serviço jurídico é fundamental para garantir que a nova legislação proposta atinja os objetivos esperados de conformidade e eficiência administrativa.

Por fim, a consolidação do trabalho em uma única contratação garante maior controle e supervisão por parte da Prefeitura, permitindo uma gestão mais eficaz do contrato e assegurando que o interesse público seja protegido. A prestação do serviço de forma parcelada poderia resultar em lacunas na assessoria jurídica e na implementação das diretrizes necessários para a adequação do Estatuto, prejudicando a eficiência e a eficácia do atendimento às demandas da administração pública local.



## RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de assessoria jurídica para a reformulação do Estatuto do Servidor Público Municipal da Prefeitura de Buriti do Tocantins visa garantir conformidade legal e eficiência nas atividades administrativas. A solução proposta almeja resultados que oferecem economicidade, reduzindo custos diretos e indiretos associados a possíveis sanções legais decorrentes de uma legislação desatualizada ou inadequada.

Com a contratação de profissionais especializados, a Prefeitura poderá evitar gastos futuros com litígios e retratações contratuais. A demanda por revisões jurídicas poderá ser atendida de forma mais efetiva e rápida, minimizando assim o tempo e os recursos investidos em questões legais. Isso assegura um melhor aproveitamento do orçamento público, permitindo que recursos que seriam destinados a contestações jurídicas sejam realocados para melhorias em outras áreas essenciais no município.

Além disso, a assessoria externa proporciona um uso otimizado dos recursos humanos disponíveis na Prefeitura. A equipe interna poderá se concentrar em suas atividades fins, sem distrair-se com a necessidade de interpretar e atualizar uma legislação complexa, o que gera um ambiente de trabalho mais eficiente. Profissionais especializados terão uma abordagem direcionada, aumentando a produtividade geral da administração pública.

Em termos de recursos materiais, a contratação de uma assessoria jurídica permite que a Prefeitura minimize despesas com consultorias diversas e eventuais treinamentos sobre legislação que poderiam ser necessários. Assim, a gestão de contratos e a organização das obrigações legais poderão ocorrer de maneira mais integrada e econômica, utilizando ferramentas e conhecimentos já existentes na assessoria contratada.

Portanto, a contratação de assessoria jurídica para a reformulação do Estatuto do Servidor Público é uma medida que promete maximizar o custo-benefício, alinhando a conformidade legal com a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins.



## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação da solução escolhida pela Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins, que é a reformulação do Estatuto do Servidor Público Municipal, diversas providências operacionais e estruturais são fundamentais para garantir a eficácia e conformidade legal desse projeto.



Primeiramente, é imperativo realizar um levantamento detalhado das normas atuais que regem o Estatuto dos Servidores Públicos, identificando pontos problemáticos e áreas que necessitam de ajustes para adequação às legislações vigentes. Essa análise pode ser conduzida por uma equipe técnica composta por servidores da área jurídica da prefeitura e especialistas externos, garantindo diferentes perspectivas e experiências.

Além disso, recomenda-se a elaboração de um diagnóstico sobre as necessidades específicas da administração pública local, levando em conta as particularidades do Município de Buriti do Tocantins. Esse diagnóstico deve incluir consultas aos servidores públicos, visando compreender suas reivindicações e expectativas em relação ao novo estatuto. Essa prática não apenas promove a transparência e a inclusão, mas também contribui para um plano de reformulação mais alinhado à realidade local.

Em sequência, será necessária a contratação de consultoria especializada em direito administrativo e gestão pública, com experiência na reformulação de estatutos e normativas semelhantes. A atuação dessa consultoria será essencial para guiar o desenvolvimento do novo estatuto, bem como para assegurar que todas as mudanças propostas sejam adequadas às exigências legais atuais. Vale ressaltar que essa medida se justifica pela complexidade do tema e pela necessidade de garantir que a reforma atenda aos princípios de legalidade, eficiência e economicidade.

Outra providência crucial é a realização de capacitações voltadas para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do novo estatuto. Embora reconheça-se que as contratações comuns podem não requerer uma capacitação específica, no caso da reformulação do estatuto, a complexidade que envolve as novas diretrizes e regulações torna imprescindível que esses servidores estejam bem informados e preparados para implementar e monitorar as mudanças. As capacitações devem ser planejadas de forma a abordar os principais aspectos da nova legislação, além de métodos de acompanhamento e avaliação das práticas definidas.

Por fim, a criação de um cronograma de implementação que detalhe as etapas da reforma, os prazos e os responsáveis por cada fase é essencial para manter a organização do processo e garantir o cumprimento das metas estabelecidas. Este cronograma permitirá que a administração pública tenha uma visão clara do progresso da reformulação e facilite eventuais necessidades de ajuste no planejamento inicial.

Essas providências adicionais, focadas e bem estruturadas, visam assegurar a conformidade legal e uma gestão eficaz dos recursos públicos, em conformidade com as orientações técnicas do Tribunal de Contas da União. Ao priorizar essas iniciativas, a Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins estará dando um passo significativo para a melhoria da administração pública e do fortalecimento dos direitos dos servidores municipais.



#### CONTRATAÇÕES CORRELATAS



A análise da necessidade de contratações correlatas e interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de assessoria jurídica para a reformulação do Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins, demonstra que não há demandas imediatas que necessitem de contratações adicionais antes da execução dessa solução. A natureza específica da consultoria jurídica foca na adequação normativa e legal, o que a torna independente de outros serviços externos.

Entretanto, algumas contratações podem ser consideradas como possíveis complementos que, embora não sejam obrigatórias para o avanço do projeto principal, poderiam contribuir para uma execução mais eficaz. Tais contratações incluem:

1. Assessoria em compliance administrativo: Embora a assessoria jurídica tenha como foco a reformulação do estatuto, a contratação de uma consultoria especializada em compliance poderia auxiliar no alinhamento das diretrizes propostas com as melhores práticas administrativas.
2. Serviços de auditoria interna: A realização de auditorias pode proporcionar um panorama sobre a conformidade atual das práticas administrativas com normas vigentes, complementando o trabalho realizado pela assessoria jurídica ao identificar áreas que necessitam de ajustes.
3. Consultoria em gestão de recursos humanos: Essa consultoria pode oferecer insumos valiosos sobre a implementação das mudanças propostas no novo estatuto, especialmente no que diz respeito às práticas de recursos humanos que não estão diretamente abordadas pelo serviço jurídico.
4. Serviço de comunicação: Uma consultoria voltada para a comunicação institucional pode facilitar a divulgação das mudanças do estatuto para os servidores e a população, garantindo que todos compreendam as novas disposições e suas implicações.

Essas possíveis contratações, embora relevantes, não são pré-requisitos para a realização da contratação da assessoria jurídica necessária à reformulação do Estatuto do Servidor Público Municipal. A solução escolhida poderá ser implementada independentemente das contratações auxiliares sugeridas.



#### IMPACTOS AMBIENTAIS

No contexto da reforma do Estatuto do Servidor Público Municipal de Buriti do Tocantins, a contratação de assessoria jurídica pode gerar alguns impactos ambientais, principalmente no que diz respeito ao uso de recursos e ao desperdício de materiais. Um dos principais impactos identificados é o consumo excessivo de papel, resultante da produção de documentos, relatórios e pareceres jurídicos.

Para mitigar esse impacto, uma medida prática seria a adoção de soluções digitais para a elaboração e tramitação de documentos, promovendo a utilização de sistemas eletrônicos para assinatura, armazenamento e compartilhamento de informações. Isso não só reduz o uso de papel, mas também



minimiza o transporte físico de documentos, diminuindo a pegada de carbono associada à logística. Além disso, a promoção de práticas de impressão consciente e a utilização de papel reciclado quando necessário podem ser incentivadas.

Outro impacto ambiental relevante é o desperdício energético associado às atividades administrativas, como iluminação, climatização e operação de equipamentos eletrônicos. Para reduzir esse impacto, recomenda-se a implementação de políticas de eficiência energética nas instalações onde a assessoria jurídica atuará. Isso pode incluir a instalação de lâmpadas de LED, sensores de presença e sistemas de ventilação natural, além de promover campanhas internas que conscientizem os servidores sobre o uso responsável da energia.

A logística reversa se torna relevante em relação ao descarte de equipamentos eletrônicos utilizados na assessoria jurídica. Equipamentos fora de uso devem ser geridos de maneira adequada, evitando que se tornem resíduos perigosos. A parceria com empresas especializadas em reciclagem e reaproveitamento de bens inservíveis deve ser estabelecida, assegurando que esses resíduos sejam descartados ou reciclados de forma responsável. Isso contribui para a redução do volume de lixo gerado pela administração pública e garante uma gestão mais sustentável dos recursos.

Por fim, é fundamental instituir capacitações periódicas para os servidores, abordando temas como sustentabilidade e práticas de gestão ambiental. Essas ações não só promovem um ambiente organizacional mais consciente, mas também potencializam a efetividade das medidas mitigadoras implementadas, tornando a Prefeitura de Buriti do Tocantins um exemplo de responsabilidade ambiental nas suas contratações públicas.



## CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Buriti do Tocantins - TO, 7 de Novembro de 2024

---

HONNY CAYRES DE BRITO

Diretor de Compras

28/2023